

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ**  
2 **DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP,**  
3 **REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JULHO DE 2015, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE –**  
4 **RJ.** Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e quinze, instalou-se a 1ª Reunião Extraordinária da  
5 Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CEIVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:**  
6 Minas Gerais – Deivid Oliveira (FIEMG); Rio de Janeiro – Leonardo Fernandes (INEA), Antonio Carlos  
7 Simões (CSN), Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida), Roberto Machado (Instituto Rio  
8 Carioca), Humberto Dias Souza (Prefeitura de Barra do Piraí), Alexandre Nascimento da Silveira (Light  
9 Energia) São Paulo – Zeila Piotto (CIESP Taubaté), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP), Rutnei Morato  
10 (SOAPEDRA); **dos seguintes membros do GTAI:** Rutnei Morato (CEIVAP), Tarcísio José de Souza e Silva  
11 (CEIVAP), Renato Traballi Veneziani (CBH-PS/SP), Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS), Osman Fernandes da  
12 Silva (ANA), André Marques (AGEVAP); **dos seguintes convidados:** Elias Adriano dos Santos (Associação  
13 dos Moradores do Centro Urbano de Queluz/SP), José Augusto Castro (COHIDRO), Thiago Fontenelle (ANA),  
14 Celso Rosa de Avila (COHIDRO), Cristina Rimis (COHIDRO), Francisco Faria (Light Energia), Daiane dos  
15 Santos (AGEVAP), Gabriela Andrade (AGEVAP); **e justificadas as seguintes ausências:** Eduardo Araújo  
16 Rodrigues (IGAM), Teresa Paiva (EEL/USP), Juliana Guarino (Prefeitura de Muriaé), Matheus Machado  
17 Cremonese (PREA), Virgílio Furtado (AMPAR), Paulo Valverde (CESAMA), Moema Versiani (INEA); **para**  
18 **tratar da seguinte pauta:** **1** – Aprovação da ata da última reunião; **2** – Análises dos relatórios referentes à  
19 revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul RP 07 e RP 08 – Prognóstico; **3** –  
20 Apresentação: Aspectos legais e operacionais do enquadramento (Zeila Piotto); **4**- Discussão da Proposta  
21 elaborada pela COHIDRO referente às diretrizes para o enquadramento; **5**- Assuntos Gerais; Conferido o  
22 quórum, a Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, Sra. Zeila Piotto, abriu a 1ª Reunião  
23 Extraordinária da CTC de 2015, agradecendo a presença de todos e passando para a discussão do primeiro item  
24 da pauta. Em tempo, sugeriu uma inversão de pauta do item 1 pelo item 2. Os membros da CTC concordaram  
25 com a inversão de pauta e iniciou-se a reunião com a discussão do item 2 – Análises dos relatórios referentes à  
26 revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul RP 07 e RP 08 – Prognóstico. **ITEM 1:**  
27 **Aprovação da ata da última reunião** – A Sra. Vera Lúcia solicitou que fossem reestruturados os dizeres da  
28 Sra. Zeila Piotto na linha 91 da ATA. Foi sugerida a seguinte frase: alertando o GT e as demais instâncias  
29 envolvidas sobre as datas e prazos. Foi aprovada a ata. **ITEM 2: Análises dos relatórios referentes à revisão**  
30 **do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul RP 07 e RP 08 – Prognóstico** – O Sr. José  
31 Augusto (COHIDRO) disse que foi feita uma reunião no dia 6 de julho com o Grupo de Acompanhamento do  
32 Plano da Bacia do Rio Paraíba do Sul e foi instituída a realização de uma avaliação em cada produto que a  
33 COHIDRO produziu, antes de ser apresentado à CTC e ao GTAI. O Sr. Celso (COHIDRO) ressaltou que o  
34 grande objetivo dessa reunião do Grupo de Acompanhamento foi o de discutir a primeira versão do Relatório de  
35 Prognóstico; também foram discutidos alguns aspectos de enquadramento, mas a prioridade foi o Relatório de  
36 Prognóstico e, após a reunião, foi feita uma revisão do relatório incluindo uma série de sugestões dadas pelos  
37 membros do grupo, mas não foi possível atender a todas as reivindicações. Por isso o grande objetivo da reunião  
38 do dia é chegar a um consenso sobre o Relatório de Prognóstico. No final do ano passado, em uma reunião na  
39 AGEVAP, foi discutido sobre os cenários e foi sugerido o número de cinco cenários e suas denominações,  
40 dando um norte na produção do prognóstico e iniciando os trabalhos em cima desses cenários. Na reunião do  
41 Grupo de Acompanhamento foi sugerido alterações nos cenários, modificando para três cenários e alterando  
42 suas denominações; porém a reunião acabou sem nenhuma decisão, mas é necessária uma reunião conjunta para  
43 a definição dos cenários, para que possam ser feitas adaptações nos relatórios e chegar a uma conclusão. Hoje o  
44 produto continua tendo cinco cenários, oito comitês, quatro horizontes, balanço quantitativo e qualitativo e  
45 implica em trezentos e vinte desenhos que estão concluídos, com a alteração solicitada pelo Grupo irá modificar  
46 todo o trabalho, para a COHIDRO não há nenhum problema em fazer essas alterações, só é necessário que na  
47 reunião deixe de forma objetiva o norte definitivo no tratamento desse assunto. O que já foi resolvido com essa  
48 revisão é referente à participação social na formulação dos cenários, sendo incluídas as informações relativas às  
49 oficinas e encontros ampliados realizados até a presente etapa de Prognóstico. O Sr. José Augusto disse que as  
50 oficinas referidas aconteceram no início do plano. O Sr. Celso ressaltou que na parte de demografia houve uma  
51 discussão na distinção entre a população dos municípios que estão integralmente na bacia e a população dos  
52 municípios que estão inseridos na bacia, duas coisas distintas, mas necessárias para serem feitos os cálculos de  
53 balanço hídrico. Quando foi feita uma análise das demandas por parte dos três estados SP, RJ e MG junto com a  
54 participação da ANA para poder identificar as demandas como um todo, o INEA fez um trabalho bastante  
55 detalhado sobre irrigação junto com a EMATER atualizando os aspectos de demanda e chegaram à conclusão de  
56 que o valor é na faixa de 21m<sup>3</sup>/s. O INEA detectou 3 demandas expressivas com a LLX, HAZTEC e Expansão  
57 da CSN, as três empresas tem a outorga da ANA, a CSN consome hoje 4,8m<sup>3</sup>/s e a outorga é para 15m<sup>3</sup>/s é um  
58 valor expressivo em termos de aumento. Embora tenham os 15m<sup>3</sup>/s programados para a CSN, foi solicitado à  
59 ANA uma revisão para 6m<sup>3</sup>/s. No relatório foi considerada a expansão da CSN para o horizonte de 2033. No  
60 resumo de demandas hídricas por comitê, foi totalizado 99 m<sup>3</sup>/s considerando as demandas adicionais da LLX,  
61 HAZTEC e Expansão da CSN. Foi feita uma tabela sobre o resumo da oferta de água e atendimento de  
62 demandas por comitê. Essa tabela é importante para mostrar o que cada comitê produz de água. Foi feito um  
63 gráfico com a produção hídrica por comitê para mostrar o saldo hídrico de cada um. Por fim, foram feitas

64 recomendações falando dos pontos julgados essenciais para que o Plano tenha um futuro promissor. Hoje existe  
65 um relatório concluído com as observações feitas pelo grupo atendidas parcialmente, só faltam as definições de  
66 cenários pela CTC para dar andamento. O Sr. Roberto Machado perguntou ao Sr. Celso se as alterações dos  
67 cenários causariam um atraso na conclusão do relatório. O Sr. Celso disse que foi feita uma reunião na  
68 AGEVAP onde foi recebida a orientação que seria dessa maneira; porém modificar os cenários iria atrasar a  
69 conclusão do relatório. O Sr. Roberto Machado disse que anteriormente foram definidos cinco cenários no  
70 termo de referência e o ideal é que fiquem os cinco cenários que já foram trabalhados para que não atrase o  
71 processo. A Sra. Zeila solicitou ao Sr. André para que exponha quais etapas ainda estão faltando para a  
72 conclusão do plano de bacia. O Sr. André ressaltou que pagar o produto está vinculado à reunião de CTC.  
73 Existem muitos produtos e foi definido focar nos produtos principais para fazer o plano andar, então o  
74 cronograma foi alterado para ser encaixado durante o ano. O produto para ser aprovado para pagamento é o de  
75 Prognóstico. O Sr. Celso solicitou, se possível, que aprove para pagamento o RP-07 que está consolidado e  
76 deixem o RP-08 aguardando para pagamento restante. O Sr. Osman colocou que como estava previsto no TDR,  
77 a COHIDRO solicitou uma reunião na AGEVAP; o objetivo dessa reunião era definir algumas premissas para  
78 os cinco cenários. O ideal é que o comitê selecione alguns desses cenários, e para o plano deveriam ser feito  
79 alterações no nome para que haja um melhor entendimento do comitê. O Sr. Leonardo (INEA) disse que na  
80 última reunião, em dezembro 2014, foram nomeados os cenários e foram feitas as premissas; porém os cenários  
81 e premissas nunca chegaram para serem avaliados em reunião, expõe suas considerações de que os cenários são  
82 caracterizados em termos institucionais, mas não é encontrada a disponibilidade hídrica de captação de água e  
83 faltaram quais são as premissas e critérios de cada cenário; sugere que as fontes dos valores devem ficar claras  
84 no relatório e que devem existir no mínimo quatro cenários. O Sr. Celso disse que houve uma solicitação que  
85 fosse feito um resumo na parte dos cenários pelo grupo de acompanhamento, mas em outros capítulos dos  
86 relatórios. Algumas observações que foram feitas foram contempladas e foram paralisadas esperando uma  
87 decisão. A migração de um cenário para outro é tratada com uma diferença refletiva nos balanços. O Sr.  
88 Leonardo disse que não foi atendido, pois o cenário não está vinculado à premissa. O Sr. Celso disse que está  
89 vinculado sim, um exemplo é de que o cenário otimista vai ter um atendimento mais rápido que o pessimista. O  
90 Sr. Leonardo insistiu que as premissas são independentes. O Sr. Antônio Carlos ressaltou que o valor da outorga  
91 da CSN apresentada está errado, quando é citado  $15\text{m}^3/\text{s}$ ; hoje o valor é na realidade de  $6,14\text{m}^3/\text{s}$ . É importante  
92 definir esses dados corretamente, pois irá afetar o cenário e é importante analisar a média outorgada. A Sra.  
93 Zeila disse que o Plano de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro possui três cenários (tendencial, otimista e  
94 factível) que é mais adequado, fácil de comunicar e trabalhar. Precisam deixar claras e definidas as premissas  
95 para a definição do cenário e as premissas de cada cenário, também acha que relatório fala muito de questões  
96 institucionais e sente falta de ver os índices de tratamento de coleta, de esgoto e cargas remanescentes para que  
97 fique claro. Questionou que, além das premissas, como será dividido os cenários, pois da forma que está colocado  
98 há uma dificuldade de ver a disponibilidade tanto quantitativa como qualitativa, os aspectos tem que ficar mais  
99 claros. A Sra. Zeila indagou se SP e MG tem legislações diferentes em relação às vazões de referência. O Sr.  
100 Celso respondeu que isso já foi discutido em reuniões e foi determinado que fosse trabalhada com a  $Q_{95}$ , usando  
101 a vazão federal como referência para uniformizar. A Sra. Zeila interrogou que em relação à disponibilidade  
102 hídrica, quanto por cento é considerado outorgável. Sr. Celso disse que é necessário mostrar o quanto se tem,  
103 mas o quanto será outorgado dependerá de cada estado. A Sra. Zeila ressaltou que é necessário deixar claro os  
104 índices usados. Outra sugestão pertinente é colocar as figuras de como está a situação para uma melhor  
105 visualização. Pede a revisão do texto na parte de consumidores, que no contexto são usuários. Sr. Celso achou  
106 melhor esperar a definição dos cenários para que sejam feitas as premissas para não haver retrabalho. Agora será  
107 trabalhado em cima do que será definido na reunião de hoje. O Sr. Thiago sentiu dificuldade na leitura do  
108 relatório, na parte de comunicação. Seria importante fazer um resumo para mostrar quais foram a metodologia e  
109 as premissas utilizadas para chegar ao resultado. Com relação às demandas geradas nos prognósticos, existem  
110 algumas premissas que poderiam ser melhoradas. Com relação à qualidade de água precisa ser mais avançado,  
111 com os índices utilizados não é possível dar diretrizes para o enquadramento. Também questionou quais são os  
112 parâmetros para o enquadramento. Na parte de conclusão do prognóstico precisa ser colocado de forma gráfica  
113 para saber onde está indo cada cenário, pois depois o comitê terá que decidir qual o cenário de referência para a  
114 outorga. A Sra. Vera Lúcia disse que após a leitura do relatório teve as mesmas dúvidas que teve antes da  
115 correção. O prognóstico deveria dar a disponibilidade de qualidade e quantidade de água para o comitê. Para  
116 alinhar as participações dos comitês é necessário direcionar as etapas e solicitações de decisões com clareza. O  
117 Sr. André disse que houve uma análise de produto feita pelo comitê Guandu e foi entregue para a COHIDRO,  
118 em mãos, nesta reunião da CTC. Como já foram trabalhados os cinco cenários, não é necessário mudar, pois  
119 também será necessário mexer em custo. Identificou problemas no relatório na parte de comunicação e  
120 estruturação de informações e afirma que a qualidade deixa a desejar. A sugestão é de solicitar que a ANA faça  
121 uma análise do prognóstico e emita uma nota técnica que irá analisar o prognóstico junto com a Juliana  
122 (AGEVAP). O Sr. Osman disse que quando o grupo aprovar essa estratégia que solicitem formalmente à ANA,  
123 estipulando um prazo para ser dado um retorno. A Sr. Zeila solicitou que seja agendada uma reunião de CTC  
124 para discutir e validar essa nota técnica feita pela ANA. Sua sugestão é que a ANA faça uma análise crítica  
125 dentro da nota técnica. Zeila recomendou que tenham no máximo até três cenários. O Sr. Osman acreditou que  
126 convém fazer essa nota técnica. O Sr. Leonardo disse que no final o que vai ser mais importante para os comitês

127 será o plano de ação que será feito em cima de um cenário. Então o cenário que vai ser escolhido é uma  
128 estratégia de ação em cima das possibilidades que estão sendo estudadas na Bacia. A Sra. Zeila afirmou que  
129 olhando os cenários da forma que estão eles não estão distintos, quando se avalia a disponibilidade e qualidade  
130 não há sentido ter cinco cenários. Zeila deixou uma data agendada para a análise da nota técnica e diretrizes para  
131 enquadramento, para dia 24 de agosto, às 10h. Solicitou que o Sr. André analise a questão do RP-07 e RP-08.  
132 **ENCAMINHAMENTOS – Solicitação que a ANA elabore uma nota técnica e que o grupo encaminhe até o**  
133 **prazo do dia 7 de agosto considerações complementares do RP-08. ITEM 3: Apresentação: Aspectos legais e**  
134 **operacionais do enquadramento (Zeila Piotto) –** A Sra. Zeila começou esse item afirmando que esse é um  
135 tema que ainda gera muita dúvida e como o CEIVAP tem uma demanda específica que está dentro do termo de  
136 referência, o ideal é que essa contratação estabeleça diretrizes para a proposta de enquadramento. A idéia de  
137 trazer isso para a CTC é para nivelar as informações, entender à demanda, analisá-la e dar continuidade nesse  
138 processo. A Resolução nº 145 do Conselho Nacional estabelece o conteúdo mínimo dos Planos de Bacia e a  
139 grande discussão que existia era se o Plano tinha que abordar a proposta de enquadramento ou somente  
140 diretrizes para a implementação desses instrumentos. Tem que estar claro no prognóstico onde são as regiões  
141 críticas na questão de qualidade e quantidade para serem trabalhadas. O rio Paraíba do Sul só está enquadrado  
142 legalmente em trecho paulista e para atender à legislação posterior vigente esse enquadramento terá que ser  
143 atualizado. O enquadramento é um instrumento que faz a interligação de dois sistemas: o sistema de meio  
144 ambiente e o sistema de recursos hídricos. Zeila destacou que o que está sendo discutido são diretrizes de  
145 enquadramento de água superficial, os rios que não estão enquadrados estão em classe dois. Suas Competências  
146 são: 1- Normas e procedimentos competem ao CNRH. 2- Elabora e encaminha para os comitês as propostas de  
147 enquadramento são as entidades delegatárias. 3- Quem aprova a proposta de enquadramento são os comitês. 4-  
148 Quem aprova o enquadramento são os conselhos de recursos hídricos. Conteúdos mínimos de uma proposta de  
149 enquadramento são: 1- diagnóstico 2- prognóstico 3- propostas de metas relativas às alternativas de  
150 enquadramento 4- programa de efetivação. As etapas de enquadramento ou reenquadramento são: 1- elaboração  
151 da proposta 2- discussão da proposta 3- realização de audiência pública 4- articulação dos órgãos gestores no  
152 caso de propostas que tenham rios em diferentes dominialidades 5- aprovação de propostas nos comitês por  
153 deliberação 6 – envio das propostas para os respectivos conselhos 7- aprovação das propostas nos conselhos 8-  
154 implementação e acompanhamento do programa de efetivação. Outro questionamento da Sra. Zeila é com que  
155 parâmetros serão trabalhados. Destacou que o enquadramento se dá por parâmetro e por trecho, então terá que  
156 existir uma meta para os parâmetros desconformes. A proposta de enquadramento tem que atender à Resolução  
157 nº 91 do Conselho Nacional, as metas são de concentração por parâmetro e quanto isso vai custar. O Sr. Thiago  
158 disse que não dá para pensar em áreas críticas (áreas ruins) que não sejam no mínimo mensais, essa diretriz o  
159 comitê tem que falar que nos pontos críticos a classificação tem que ser mensal, o enquadramento fixo é muito  
160 inviável; existe a discussão de utilizar o enquadramento sazonal, onde a partir de uma vazão de uma cota se tem  
161 uma classe aceitável e tem uma condição normal de fluidez, se tem uma classe acima. Sra. Zeila disse que essa  
162 responsabilidade de monitorar e ver a confiabilidade dos dados é do órgão gestor. O Sr. André disse que o ideal  
163 é solicitar ao órgão gestor para fazer mais análises nos pontos mais críticos. A Sra. Zeila disse que foi discutido  
164 de não colocar permanência no atendimento as metas, mas vai ter que ter um critério e o órgão gestor terá que  
165 propor do que é não atender meta, enquanto o conselho não se manifesta sobre isso. Zeila questionou se terá  
166 alguma meta específica no plano como meta para realizar a avaliação de carga difusa para ser usada na proposta  
167 de enquadramento. O Sr. Roberto disse que a questão da carga difusa interfere mais na qualidade da água. O Sr.  
168 Osman afirmou que o que mais preocupa é a carga urbana, medir carga difusa é muito difícil, porém necessário.  
169 A Sra. Vera Lúcia disse que em relação à qualidade da água, os índices de poluição sobem mais no fim de  
170 semana e após chuva. A Sra. Zeila ressaltou que a AGEVAP ficou de elaborar uma proposta de termo de  
171 referência para a proposta de enquadramento que será validada com os órgãos gestores, consolidada e  
172 apresentada a CTC. O Sr. André disse que os produtos RP-07 e RP-08 só serão pagos quando forem totalmente  
173 aprovados. Outra pergunta é se existe a possibilidade de ser pago parcialmente um único produto. O Sr. Celso  
174 disse que agora é a parte de fazer ajustes no que já foi feito, já foi cumprido grande parte no que foi solicitado,  
175 após a definição dos cenários ninguém tem mais vontade de acabar esse processo do que a COHIDRO, entende  
176 que é justo ter um recebimento. O Sr. André disse que o principal é que o produto RP-07 atenda ao que a  
177 AGEVAP solicitou, pois pagar parcialmente um produto não é certo. O Sr. Celso disse que no produto RP-07 o  
178 balanço não vai ser alterado, o que vai ser alterado é no produto RP-08 que se tem toda a parte de qualidade de  
179 água e vão entrar as considerações referenciais. O Sr. André afirmou que o valor final será o mesmo, porém  
180 cada produto terá um valor, então o pagamento do produto RP-07 será feito após a análise da nota técnica, caso  
181 esteja tudo certo. Propõe uma reprogramação de cronograma, para que cada produto das etapas futuras tenha um  
182 valor, pois tudo tem um custo. **ENCAMINHAMENTO – Solicitação de que se faça uma réplica na carta da**  
183 **diretoria para consolidar e validar prazos e que isso seja apresentado na reunião de plenária do CEIVAP.**  
184 **Outra solicitação é se até sexta-feira a ANA dará a resposta se é possível fazer a nota técnica e em que prazo**  
185 **ela será entregue. ITEM 7: Assuntos Gerais –** O ECOB acontecerá nos dias de 26 a 28 de agosto em Nova  
186 Friburgo/RJ e o ENCOB será nos dias de 4 a 9 de outubro na cidade de Caldas Novas/GO. O Sr. Roberto  
187 Machado solicitou que seja colocado na pauta da plenária do CEIVAP a aprovação da sociedade civil no  
188 ENCOB. Não havendo mais nada a tratar, o Coordenador deu por encerrada a 2ª Reunião Ordinária da Câmara  
189 Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim,

190 Gabriela Andrade, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pela Coordenadora da CTC, Sr. Zeila  
191 Piotto, que presidiu a reunião.

192  
193 Resende, 28 de julho de 2015.

194  
195  
196  
197  
198  
199

Zeila Piotto  
**Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**